



1 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BELO HORIZONTE,
2 REALIZADA NO DIA 04 DE DEZEMBRO DE 2003, NO AUDITÓRIO DA SMSA, AV: AFONSO PENA,
3 2336, 14º ANDAR.

4 Aos quatro dias do mês de dezembro de dois mil e três, foi realizada a reunião ordinária do Conselho
5 Municipal de Saúde, que teve início às 14:40 horas pela 2ª secretária do Conselho, Cléa da Mata Carvalho
6 com a leitura da pauta: 1 – Informes gerais; 2 – Informes da mesa diretora; 3 - Projeto de Urgência e
7 Emergência; 4 - Resolução que reforma decisão de pagamento acima da tabela do SUS de alguns
8 procedimentos; 5 - Estender o prazo de vencimento da última seleção de ACS por mais de um ano; 6 -
9 Projeto de construção de novo Centro de Controle de Zoonoses; 7 - Assuntos gerais. O conselheiro Paulo
10 informou sobre o que será feito pela SES a respeito do Hospital Pronto Socorro de Venda Nova e pede que o
11 CMS/BH questione o Ministério Público sobre a constitucionalidade da Lei da OCIPS, solicita também uma
12 declaração da SMSA sobre a questão do pagamento do Pronto Atendimento do Hospital da Baleia e também
13 a questão do FUNDEP. A conselheira Rosalina falou sobre a prisão em flagrante da representante do
14 Ministério da Saúde, Cida Porto e informa que a posição do SINTSPREV não concordou com a nomeação pois
15 o Presidente Lula disse que os cargos de segundo escalão seriam ocupados por servidores de carreira. O
16 conselheiro José Brandão informa que o governador está tirando proveito político da situação do 13º dos
17 trabalhadores estaduais. Os recursos utilizados estão sendo retirados da dotação orçamentária da saúde e
18 que será reposto em Janeiro/2004 com imposto, IPVA. Solicita ao CES adendo indagando e esclarecendo se
19 esse repasse para o 13º injeta recursos da saúde. O conselheiro Hervécio informou que nos dias 22 e
20 23/11/03 aconteceu em Sumaré/SP, o Encontro Nacional dos Militantes em Saúde do Trabalhador e que nos
21 dias 05/12 e 06/12/2003, em Brasília/DF, para retirada de propostas sobre acidente de trabalho para serem
22 entregues ao Presidente Lula. Fala também a demissão da ACS e conselheira de Venda Nova que foi
23 demitida e discutido na CTRH. Informou que os encaminhamentos dados na reunião entre eles foi a emissão
24 de um ofício ao Secretário Municipal de Saúde solicitando a readmissão da ACS. A 2ª secretária do CMS/BH,
25 Cléa da Mata informa sobre a crise nas universidades brasileiras em especial a UFMG. Disse que a
26 universidade tem enfrentado problemas financeiros e pede atenção especial a questão da Santa Casa, sobre
27 o acompanhamento dos recursos repassados a mesma. Fala também da necessidade do Controle Social pois,
28 os pacientes estão até sem alimentação e a situação não será solucionada apenas com o repasse da verba.
29 O conselheiro João Athayde informa sobre o simpósio na PUC sobre a ética na saúde e a necessidade de
30 acompanhamento de questões sobre as pesquisas e propõe que seja criado uma comissão técnica científica
31 no CMS/BH. O conselheiro Paulo Roberto informa que no caso da Santa Casa, foi aprovado o repasse de um
32 milhão e meio em conta separada para pagamento de pessoal, que deveria ser verificado pelo SINDEESS.
33 Disse que o coordenador da comissão local de saúde eleito não pode ser mandado embora, como foi o caso
34 da conselheira Maria do Carmo e pede que o CMS/BH tome providências sobre as perseguições e que seja
35 feito a recondução imediata da mesma. O conselheiro Túlio esclarece sobre a competência do CM/SBH que é
36 fiscalizar se a assistência à saúde está sendo prestada e que a competência de recrutar, admitir, estabelecer
37 jornada de trabalho, demitir funcionários é exclusivamente do Gestor de Saúde. A conselheira Ivânia informa
38 que o problema da conselheira Maria do Carmo é interno e que a comunidade decidiu pela saída da ACS e
39 que o Conselho deve discutir a questão com a gerência do Distrito Sanitário de Venda Nova. O presidente
40 do CMS/BH, Cléber das Dores responde ao conselheiro Paulo Carvalho informando que o repasse de recursos
41 pela PBH para Santa Casa foi repassado no dia 12/04/2003, sendo portanto efetuado na gestão anterior a
42 dele no CMS/BH. Quando o mesmo foi procurado pelo Secretário Municipal de Saúde que informou sobre a
43 necessidade de se resolver a situação da Santa Casa no qual seriam repassados dois milhões e meio de
44 reais, e no tardar da noite foi autorizado o repasse de quatrocentos mil reais para Santa Casa. Na época
45 como Paulo era presidente do CMS/BH, poderia ter denunciado à imprensa. Em seguida, foi apresentado
46 pelo Secretário Municipal de Saúde, Helvécio Miranda o Projeto de Atenção Integral de Urgência e
47 Emergência/SAMU, cuja cópia do projeto foi entregue aos conselheiros presentes e encontra-se à disposição
48 no arquivo do CMS/BH para consulta. O secretário justificou o fato do projeto ter sido encaminhado de
49 última hora ao CMS/BH, devido a liberação do mesmo há quinze dias pelo Ministério da Saúde. Em seguida a
50 coordenadora da CTCA, Rosalina fez leitura do parecer das câmaras técnicas referente ao Projeto de Atenção
51 Integral as Urgências: "As câmaras técnicas do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte realizaram
52 reunião conjunta no dia 02/12/2003 para apreciar o Projeto da Secretaria Municipal de Saúde para
53 implantação em Belo Horizonte de proposta nacional do Ministério da Saúde que visa o atendimento as
54 urgências. O projeto inclui a criação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) que contará com
55 sistema de ambulâncias e atendimento direto à população pelo telefone 192. O projeto foi amplamente
56 discutido e novamente ressaltado o fato de o Conselho Municipal de Saúde estar tendo que deliberar com
57 prazo mínimo para apreciação. Os conselheiros presentes à reunião decidiram apresentar ao plenário do
58 Conselho Municipal de Saúde parecer favorável a aprovação do Projeto com as seguintes recomendações: 1
59 - Que seja feito o redimensionamento dos



60 recursos humanos e de toda infra-estrutura dos serviços de urgência/emergência; 2 - Que o Conselho
61 Municipal de Saúde tenha acesso permanente ao fluxo financeiro de execução do projeto, com elaboração e
62 apresentação das planilhas de custo; 3 - Que em relação às urgências psiquiátricas sejam respeitadas as
63 deliberações das conferências municipal, estadual e nacional de saúde mental; 4 - Que a mesa diretora do
64 Conselho Municipal de Saúde peça esclarecimentos sobre o fato de a SMSA estar pagando pelo atendimento
65 no PA do Hospital da Baleia, apesar do serviço ter sido fechado, segundo informações da própria Secretaria.
66 BH, 02/12/03. Rosalina Fernandes - Coordenadora da CTCA/pelos demais Coordenadores." O Secretário
67 Municipal de Saúde, Helvécio Miranda disse que este assunto não se esgotará aqui e serão abordados em
68 outras ocasiões também. O conselheiro João Athayde propõe levar esta discussão para a região
69 metropolitana cobrando dos outros gestores o papel da FHEMIG, hospitais filantrópicos, problemas de
70 gestão/dívidas/recursos reais destes hospitais, direito do cidadão de se sentir doente análise da SMSA. O
71 Secretário Municipal de Saúde, Helvécio Miranda, lembra que este assunto não se esgota nessa reunião e
72 será abordado em outras oportunidades. Em seguida a mesa diretora abre espaço para intervenções dos
73 conselheiros. Falaram os seguintes conselheiros: João Athayde, José Brandão, Rogério Sena e Valdir de
74 Matos do Conselho Distrital de Saúde. O Secretário Municipal de Saúde, Helvécio Miranda Magalhães
75 respondeu aos questionamentos informando que está sendo criado o Fórum Municipal de Urgência e
76 Emergência, com câmaras técnicas temáticas, com secretaria executiva o que é uma exigência da Portaria
77 também e será reativado o fórum metropolitano. Não existe dúvidas que os hospitais continuarão
78 atendendo as cidades da região metropolitana de BH mas, isso deverá ser pactuado com os gestores por
79 meios da SES. Informa que foi publicada uma Portaria pelo Ministro da Saúde para efetuação de um estudo
80 para viabilização de sustentabilidade financeira dos oito maiores hospitais filantrópicos do Brasil, incluindo a
81 Santa Casa de BH. Disse que os hospitais filantrópicos em BH atuam na retaguarda de leito para
82 atendimento dos pacientes que são atendidos primeiramente na porta de entrada das urgências que
83 necessitam de internação hospitalar. Informa que o conceito de urgência está sendo ampliado para que o
84 usuário defina a situação de urgência. Fala ainda sobre as dificuldades enfrentadas nos hospitais Alberto
85 Cavalcanti e HOB pelo fato da região Noroeste, não possuir uma UPA. Disse que a questão dos motoboys,
86 tornou-se um problema urbano e de saúde pública e será discutido juntamente com a BHTRANS. Informa
87 que as ambulâncias serão centralizadas nesta nova central estando distribuídas em toda cidade para atender
88 as urgências mais próximas. Em seguida falaram os conselheiros: Luzia, Hervécio, Paulo Roberto, Luiz
89 Moraes, Alcides e Roberto Francisco. O representante da SMSA, Dr. Anselmo falou a respeito do núcleo de
90 atenção a urgência, da pactuação com o Hospital Alberto Cavalcanti em relação ao atendimento urgência de
91 pequenas e médias complexidade, Hospital Pronto Socorro de Venda Nova é responsável por toda referência
92 primária da região de Venda Nova, planilha de custos, custeio mensal do projeto, sucateamento e
93 terceirização da frota de ambulâncias. A representante da Urgência da SMSA, Andréa responde aos
94 questionamentos feitos pelos conselheiros presentes, como a questão de compra e renovação de
95 equipamentos, construção de unidades em outras regionais, vias de acesso das ambulâncias, manutenção
96 dos carros, pactuação do fluxo de atendimento com a região metropolitana e transporte sanitário. Em
97 seguida fizeram intervenção os conselheiros Paulo Carvalho, João Athayde. Os representantes de Saúde
98 Mental, Míriam Abou-Yd e do SAMU, Anselmo prestaram esclarecimento sobre o assunto. A 2ª secretária do
99 CMS/BH, Cléa da Mata coloca em votação o parecer acrescentando a proposta do conselheiro Paulo Carvalho
100 de apresentação da planilha mensal de custos juntamente com o cronograma de aplicação da mesma. O
101 parecer foi aprovado com um voto contrario. A conselheira Elina Santos faz um pedido em nome da pastoral
102 da criança, para que sejam feitas doações de brinquedos novos e usados para o natal das crianças acolhidas
103 pela pastoral. O 1º secretário do CMS/BH, Túlio Batista fala sobre o encaminhamento de renovação da
104 Resolução do CMS/BH – 097/02, de 12/09/2002, autorizando a SMSA a pagar valores especiais a três
105 procedimentos para riscos cirúrgicos, sendo eles Teste Ergométrico – R\$ 39,60; Holter – R\$ 17,14 e o
106 Ecocardiograma – R\$ 30,00. Essa resolução diz que a cada seis meses o CMS/BH deve renovar essa
107 autorização para que a SMSA pague esses valores pelos procedimentos. Esclarece ainda o motivo pelo qual
108 esses valores são pagos, por serem procedimentos de difícil disponibilidade aos usuários. Solicita que o
109 Conselho aprove a prorrogação da Resolução CMS/BH 097/02 por mais seis meses. A conselheira Rosalina
110 Fernandes esclarece que a prorrogação da resolução foi feita pelo plenário do CMS/BH, em abril e foi muito
111 discutida na época. Acha que a prorrogação deve ser aprovada. O conselheiro Elson Violante esclarece que
112 estes procedimentos são especializados e não diz respeito apenas ao risco cirúrgico. O conselheiro João
113 Athayde informa que o Ministério da Saúde estaria fazendo um estudo para atualização desta tabela e que o
114 Conselho aprove a resolução mas que cobre do Ministério uma tabela mais atualizada. Fizeram intervenção
115 os conselheiros: Paulo Carvalho, Cléa da Mata, Túlio Batista, José Brandão. O conselheiro Paulo Carvalho
116 propõe que todos os pedidos de credenciamento de serviço sejam eles, alto ou médio custo sejam colocados
117 para o Conselho e uma vez por ano seja feito um tipo de pregão para ver de quem o gestor vai comprar com
118 melhor preço e qualidade. o 1º secretário do CMS/BH, Túlio Batista lembra a proposta do conselheiro João
119 Athayde para que seja feita uma resolução cobrando do Ministério da Saúde a atualização na tabela de



120 procedimentos. A 2ª secretária do CMS/BH, Cléa da Mata coloca em votação a renovação da Resolução
121 CMS/BH – 097/2002 incluindo as propostas dos conselheiros Paulo Carvalho e João Athayde que foi
122 aprovado com um voto contrário e uma abstenção. Em seguida a 2ª secretária do CMS/BH, Cléa da Mata
123 passa para o próximo ponto de pauta que é o Projeto de construção de novo Centro de Controle de
124 Zoonoses. O 1º secretário do CMS/BH, Túlio Batista informa que será retirado ponto de pauta referente a
125 prorrogação do prazo de vencimento da última seleção de ACS por mais de um ano, pois o mesmo será
126 discutido na CTRH, no dia 16/12/2003, informa que onde existe a necessidade de ACS como Venda Nova, já
127 está sendo feita a seleção de ACS, que já está sendo admitido. Então o fluxo de recrutamento de ACS
128 continua normal. A gerente de Controle de Zoonoses, Wanessa explica que os recursos para esta finalidade
129 são inerentes a Portaria 225 de 15/05/2003 do Ministério da Saúde, antiga Fundação Nacional de Saúde,
130 hoje Secretaria de Vigilância em Saúde. Hoje se prevê os procedimentos básicos para aplicação de recursos
131 financeiros para uma série de projetos, entre eles a construção de uma unidade de Zoonoses. Logicamente o
132 município que vai pleitear a construção ou adquirir recursos desta forma, deverá atender aos critérios de
133 prioridade e de elegibilidade, constantes nesta portaria, com é o caso do município de Belo Horizonte, que
134 vem tentando adquirir recursos para a construção de uma nova unidade desde 1996, mas ao longo destes
135 anos vários problemas ocorreram e os recursos não foram disponibilizados. Neste ano temos uma
136 perspectiva maior que nos outros anos, lembrando que estes recursos normalmente são para equipar os
137 centros de controle de Zoonoses. Os recursos proporcionados por esta portaria com a finalidade de
138 construção, se limita a um ou no máximo dois municípios por ano e em 2003 o único município do país que
139 foi aceito, com essa finalidade pelo Ministério da Saúde foi o município de Belo Horizonte. Foi encaminhado
140 em 30/10/2003, prazo limite para que os documentos fossem encaminhados, incluindo o plano de trabalho,
141 a planta da obra e toda a documentação solicitada para esse tipo de convênio. O valor total da obra é de um
142 milhão cento e vinte e sete mil duzentos e setenta e oito reais. O município já disponibilizou e registrou em
143 cartório um terreno na regional norte, no bairro São Bernardo, Etelvina Carneiro e Juliana. Foi solicitado
144 também pelo Ministério da Saúde uma ata do CMS/BH, aprovando a construção do novo centro. Informa que
145 será necessário um parecer favorável do CMS/BH, pois este financiamento se refere ao ano de 2003, para
146 que seja viabilizado o início da liberação deste recurso para 2004. Em seguida a representante do Centro de
147 Controle de Zoonoses, Maria do Carmo informa que ainda este ano a ata do Conselho deverá ser
148 apresentada ao Ministério da Saúde para garantia da liberação do recurso. As dependências física do centro
149 situado no bairro São Bernardo não comportam nenhum tipo de ampliação ou reforma. Como foi informado
150 aos conselheiros em reunião da CTCA o muro do Centro de Controle de Zoonoses, serve de parede das
151 moradias das pessoas que moram em torno da unidade. Então, conseqüentemente, isso gera uma situação
152 constrangedora em função da visita do Ministério Público, que fez algumas exigências, que já estão sendo
153 cumpridas, e outras só poderão ser cumpridas após a construção do novo centro. O projeto esta sendo
154 baseado nas normas do ponto de vista da área físicas, ambientais, Vigilância Sanitária, entre outros. Em
155 seguida, a 2ª secretária do CMS/BH informa que o projeto foi apresentado na presença de todas as câmaras
156 técnicas. A coordenadora da Câmara Técnica de Controle, Avaliação e Municipalização fez a leitura do
157 parecer: As câmaras técnicas do Conselho Municipal de Saúde de Belo Horizonte realizaram reunião conjunta
158 no dia 02/12/2003 para apreciar o projeto de implantação do Centro de Controle de Zoonoses da Secretaria
159 Municipal de Saúde. No debate foi mais uma vez ressaltado o fato de projetos de interesse da população só
160 estarem sendo apresentados e discutidos no Conselho com prazo mínimo para deliberação e por exigência
161 do Ministério da Saúde, não por empenho da Secretaria em respeitar o Controle Social. Após discussão do
162 projeto, os conselheiros presentes decidiram apresentar ao plenário do Conselho Municipal de Saúde
163 parecer favorável a aprovação do Projeto com as seguintes recomendações: 1 - Que seja apresentado ao
164 Conselho o Relatório e Estudo sobre o impacto ambiental do Projeto; 2 - Que seja entregue ao Conselho
165 cópia da planta baixa do imóvel; 3 - Que seja realizado estudo sobre os níveis de risco a saúde dos
166 trabalhadores que atuaram no projeto; 4 - Que seja feita prestação de contas ao CMS sobre a execução do
167 Projeto. Belo Horizonte, 02 de dezembro de 2003. Rosalina F. Fernandes - Coordenadora da CTCA/ pelos
168 demais Coordenadores. Em seguida, fizeram intervenções os conselheiro: Roberto Francisco, João Athayde,
169 Paulo Carvalho, José Brandão, Rosalina Fernandes e Túlio Batista. A gerente do Centro de Controle de
170 Zoonoses da SMSA, Wanessa pede desculpas sobre o fato de ter sido encaminhado para o Ministério da
171 Saúde na última hora em termos de trabalhos onde estava sendo pleiteado a análise do recurso pelo
172 Ministério. O projeto entregue aos conselheiros não teve conteúdo alterado, sua formatação ainda não está
173 na forma ideal mas será entregue posteriormente, pois na realidade, a exigência do Ministério de
174 encaminhar o projeto com a justificativa, população alvo, objetivos, indicadores de impacto será feito depois
175 do parecer favorável. Então este documento ainda não foi para o Ministério e dependendo do que for
176 aprovado aqui, os documentos serão encaminhados junto com a ata do Conselho aprovando a construção do
177 centro de controle de Zoonoses. O fato do projeto ter sido assinado pelo Prefeito é uma exigência do
178 Ministério para este tipo de convênio. Em relação a alteração dos valores, o projeto arquitetônico inicial era
179 de um milhão e oitocentos mil reais, no entanto, foi informado pelo Ministério da Saúde a inviabilidade de



180 disponibilização em função da limitação deste tipo de orçamento. O Ministério da Saúde repassa atualmente
181 setecentos mil reais para estes núcleos de controle de Zoonoses, que é o teto máximo, entrando
182 logicamente, uma complementação de no mínimo 30% de todo município que pleiteia este convênio. Temos
183 como objetivo manter a área do bairro São Bernardo com melhorias. Sobre a capacitação dos Agentes
184 Sanitários, o projeto PROFORMAR do Ministério da Saúde está previsto para ser implantado desde da época
185 em que a FUNASA foi descentralizada pela Portaria 399 e em várias tentativas o projeto não saiu do papel. O
186 secretário geral do CMS/BH, Roberto Francisco solicita à gerência de Controle de Zoonoses a lista de nomes
187 dos trabalhadores que pertencem à Zoonoses e posteriormente é esclarecido pela gerente de Controle de
188 Zoonoses da SMSA. A representante da do Centro de Controle de Zoonoses, Maria do Carmo informa que
189 existe um programa de gerenciamento de resíduos sólidos que está sendo avaliado pela assessoria de
190 arquitetura da SMSA. Existe também a necessidade de um relatório sobre o impacto ambiental em
191 construção acima de seis mil metros quadrados, o que não é nosso caso. Em relação ao laboratório cuja área
192 física construída exceda mil duzentos metros quadrados, que está condicionado a Secretaria Municipal de
193 Meio Ambiente para liberação da licença ambiental. Em relação ao espaço físico, o projeto prevê que seja
194 feito em uma distância de dez metros das moradias. O muro deverá ser construído com dois metros de
195 altura, para evitar fuga de animais. Em relação a população, o projeto de controle animal fala da
196 necessidade do centro de controle de Zoonoses como exigência das ONG's de proteção animal. Temos
197 também uma grande campanha para sensibilização dos proprietários de animais em relação a
198 responsabilidade que cada um deve ter. Este projeto terá início em 2004, com uma campanha de impacto na
199 cidade, incluindo peças publicitárias para sensibilização da população. Paralelamente terá início um projeto
200 de educação e saúde que será feito nas escolas da rede municipal, começando pela regional, atingindo
201 posteriormente toda a cidade. Além disso acontecerá a conscientização da população pelos Agentes
202 Sanitários e também informações sobre o projeto de esterilização de animais. A 2ª secretária do CMS/BH,
203 Cléa da Mata coloca o projeto de construção do centro de controle de Zoonoses em votação pelo plenário. O
204 projeto foi aprovado com um abstenção. O conselheiro Manoel de Lima solicita que seja feita uma discussão
205 nas câmaras técnicas sobre os valores pagos pelas consultas especializadas. Em seguida, falaram os
206 conselheiros Roberto Francisco e Paulo Carvalho. Estiveram presentes os conselheiros: Alcides Pereira de
207 Souza, Cléa da Mata Carvalho, Cléber das Dores de Jesus, Dalila Monteiro Barbosa, Elina Souza Santos,
208 Helvécio Miranda, Hervécio Cruz, João Athayde, José Brandão Maia, Karlyson de Castro Tavares, Lourival
209 Custódio, Manoel de Lima, Paulo César Machado, Paulo Carvalho, Rady Eddy Gilgliolis, Roberto Francisco,
210 Rogério Soares Sena, Rosalina Fernandes, Túlio Batista, Ultimonato Andrade, Zenith Maria, Ivo Lopes, Luiz
211 Moraes, Maria Terezinha Souza, Aliete C. Rangel, Ivânia Augusta, Willer marcos, Edirany Almeida, Elson
212 Violante, José Laerte de Castro, Luzia Maria Alves, Albertina Fonseca, Romeu Pires, Regina Lemos e Rubens
213 Barbosa. Justificaram: Jorge Lúcio Diniz, José Valentim Lino, Ricardo Castanheira e Sebastião do Carmo. Às
214 18:30 horas, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião da qual foi lavrada a presente ata que,
215 após lida e aprovada, será assinada pelo presidente e pelo secretário geral do Conselho Municipal de Saúde.
216 Belo Horizonte, 04 de dezembro de 2003. LPM/vld